

JORNALISMO, REDES SOCIAIS E CIDADANIA MEDIAÇÃO E RECEPÇÃO NO CASO “LADRÃO E VACILÃO”

CÉLIA MARIA LADEIRA MOTA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, BRASIL
CLADMOTA@GMAIL.COM

PAULO HENRIQUE SOARES DE ALMEIDA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE BRASÍLIA
BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, BRASIL
PAULOALMMEIDA@GMAIL.COM

JORNALISMO, REDES SOCIAIS E CIDADANIA: MEDIAÇÃO E RECEPÇÃO NO CASO “LADRÃO E VACILÃO”

Resumo: neste artigo, analisamos em que aspectos a cultura brasileira influencia o debate sobre questões sociais e políticas no Brasil e sua influência na cidadania. Utilizando como objeto de estudo o caso do adolescente que teve a frase “eu sou ladrão e vacilão” tatuada em sua testa, a análise hermenêutica demonstra que a origem profunda da violência no Brasil e a instabilidade política refletiram nas mensagens produzidas pelo público.

Palavras-chave: Redes Sociais; Acontecimento; Cultura; Hermenêutica.

PERIODISMO, REDES SOCIALES Y CIUDADANÍA: MEDIACIÓN Y LA RECEPCIÓN EN EL CASO “LADRÓN Y VACILÓN”

Resumen: en este artículo, analizamos en qué aspectos la cultura brasileña influye en el debate sobre cuestiones sociales y políticas en Brasil y su influencia en la ciudadanía. En el caso del adolescente que tuvo la frase “yo soy ladrón y vacilón” tatuada en su frente, el análisis hermenéutico demuestra que el origen profundo de la violencia en Brasil y la inestabilidad política reflejaron en los mensajes producidos por el público.

Palabras clave: Redes Sociales; Evento; Cultura; Hermenêutica.

JOURNALISM, SOCIAL NETWORKS AND CITIZENSHIP: MEDIATION AND RECEPTION IN THE CASE OF “THIEF AND HESITATION”

Abstract: in this article, we analyze in which aspects the Brazilian culture influences the debate on social and political issues in Brazil and its influence on citizenship. Using as an object of study the case of the adolescent who had the phrase “I am thief and vacilão” tattooed on his forehead, the hermeneutical analysis demonstrates that the deep origin of the violence in Brazil and the political instability reflected in the messages produced by the public.

Keywords: Social Networks; Event; Culture; Hermeneutics.

1 INTRODUÇÃO

Os acontecimentos do mundo moderno ecoam por novas tecnologias. Com a internet, não só a globalização da mídia é um fato concreto, como também a possibilidade de uma interação mais rápida e ágil entre emissor e receptor estreita os laços entre a sociedade e os meios de comunicação. Durante muito tempo, a comunicação de massa, especialmente a televisão, apresentou à população uma forma de cultura unilateral, focada exclusivamente na audiência, mercado e bem de consumo. Hoje, a interação dos meios de comunicação na internet nos faz refletir sobre o papel das novas mídias como instrumento para a consolidação da democracia. No cenário brasileiro, sugerimos duas questões importantes para observação: as novas tecnologias de comunicação estimulam a cidadania e o pensamento crítico da população? Em que aspectos a identidade brasileira influencia o debate sobre temas sociais e políticos no país?

Esses questionamentos são o foco deste artigo, que tem como objeto de estudo o caso do adolescente de 17 anos que teve a frase “eu sou ladrão e vacilão” tatuada em sua testa por dois homens na cidade de São Bernardo do Campo, São Paulo, em junho de 2017. Na delegacia, após serem presos, eles afirmaram que o adolescente havia tentado furtar uma bicicleta na região e, revoltados, resolveram tatuar o mesmo como forma de punição (ARAÚJO, 2017). As opiniões nas redes sociais contra e a favor dos “justiceiros” tiveram tanta repercussão que o assunto reverberou em novos acontecimentos. Depois, a Prefeitura de São Bernardo do Campo afirmou que disponibilizaria todo o procedimento médico e cirúrgico ao adolescente.

Como o assunto é amplo, nosso foco de análise se concentra nos comentários de duas matérias publicadas no site G1 sobre o assunto: a primeira, “Tatuador é preso por tortura após escrever ‘eu sou ladrão e vacilão’ na testa de adolescente no ABC”, publicada no dia 10 de junho de 2017 e a segunda, “Prefeitura de São Bernardo diz que vai disponibilizar cirurgia de jovem que teve testa tatuada no ABC”, divulgada no dia 12 de junho de 2017.

A metodologia de estudo empregada neste trabalho é a hermenêutica de profundidade (HP), conforme proposta por Thompson (1995), um caminho para lidar com a análise da cultura e ideologia dos meios de comunicação de massa. “Este referencial coloca em evidência o fato de que o objeto de análise é uma construção simbólica significativa, que exige uma interpretação” (THOMPSON, 1995, p. 355). Para o autor, a análise da comunicação

de massa e a interpretação do caráter ideológico das mensagens devem estar atentas ao que ele chama de “apropriação cotidiana dos produtos da comunicação de massa”, tendo como observações o contexto sócio-histórico da mensagem e suas formas de recepção.

O autor destaca que durante anos a comunicação foi estudada pelo tripé produção, transmissão e construção de mensagem, mas poucas pesquisas têm se dedicado à apropriação cotidiana dos produtos da comunicação de massa, que vai observar os significados que as pessoas ou grupos dão às mensagens que recebem, o quanto as apreciam e o quanto as integram em sua vida e cultura. A apropriação da mensagem é algo contínuo, que pode envolver outros contextos, pessoas e mensagens interligadas. Para o autor, a ideia de que os receptores de mensagens são espectadores passivos, esponjas inertes que simplesmente absorvem o material jogado sobre elas, é um mito enganador que não condiz com o caráter real da apropriação.

A apropriação, para usar a terminologia da hermenêutica, é o processo de tornar próprio algo que é novo, alheio, estranho. O que discute aqui é que o processo de ‘tornar próprio’ deve ser entendido em relação às pessoas específicas que, no curso de sua vida diária, recebem as mensagens, falam sobre elas com os outros e, através de um processo contínuo de elaboração discursiva, as integram em sua vida. Esse é um processo ativo e potencialmente crítico, em que pessoas estão constantemente envolvidas, num esforço para compreender, dar sentido às mensagens que recebem, de avaliá-las, relacionar-se com elas e partilhá-las com os outros (THOMPSON, 1995, p. 409).

Thompson (1995) afirma que a interpretação das formas simbólicas e ideológicas pode estimular uma reflexão crítica sobre as relações de poder e dominação da vida social. No entanto, de acordo com Gadamer (2006), quando compreendemos um texto, não nos colocamos no lugar do outro, nem pensamos que, ao ler, temos uma visão da mente do autor. “Trata-se, isto sim, de aprender simplesmente o sentido, o significado, a perspectiva daquilo que nos é transmitido” (GADAMER, 2006, p. 59). Desta forma, ao refletir sobre ela mesma, a consciência histórica recoloca-se no contexto em que se originou, a fim de ver os significados que lhe são próprios. Assim, a consciência moderna assume uma posição reflexiva com relação a tudo que lhe é transmitido pela tradição.

2 COMUNICAÇÃO EM REDE: INTERAÇÃO E CIDADANIA

Heni Ozi Cukier (2018), cientista político e professor de relações internacionais na Escola Superior de Propaganda Marketing (ESPM), afirma que a internet apareceu para o mundo como uma ferramenta sem precedentes a favor da democracia ao permitir que qualquer um tivesse acesso à informação. No entanto, alerta o professor, o problema dessa visão otimista é a sua falta de comprovação empírica, principalmente com respeito aos seus efeitos na sociedade e na política. Para Cukier (2018), uma das consequências mais devastadoras da internet e das redes sociais tem sido o enfraquecimento do diálogo e da qualidade da comunicação, algo historicamente essencial para a democracia.

Para discutirmos melhor o tema, trabalhamos primeiramente neste artigo com o conceito de cidadania, termo desenvolvido por diferentes correntes de pensamento. Pereira e Morigi (2011) adotam a mesma concepção de cidadania usada por Marshall (1967), na qual ela é vista como um conjunto de direitos e deveres atribuídos a todos os membros de uma sociedade:

A cidadania possui três dimensões de direitos: civis, políticos e sociais. Os direitos civis são direitos fundamentais à vida, à liberdade, à apropriação, à igualdade perante a lei. Os direitos políticos se referem à participação do cidadão no governo da sociedade e está relacionado ao voto e direitos sociais se baseiam na ideia central de justificação social; incluem direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, à aposentadoria; permitem reduzir os excessos de desigualdade produzidos pelo capitalismo e garantir o um mínimo de bem-estar a todos. Desta forma, os direitos civis garantem a vida em sociedade, os direitos políticos garantem a participação no governo da sociedade e os direitos sociais garantem a participação na riqueza coletiva (PEREIRA; MORIGI, 2011, p. 255).

De acordo com os autores, os elementos que contribuem para a efetivação dos direitos no âmbito da sociedade são o debate público e democrático; a circulação e compartilhamento de informações e a mobilização dos atores sociais comprometidos. Temos, então, que a democracia está ligada diretamente à questão da comunicação e o acesso à informação.

O direito de informação e comunicação é considerado na Declaração Universal dos Direitos Humanos, que foi adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1948. O artigo 19 diz: Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este

direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras, (PEREIRA; MORIGI, 2011, p. 255).

Martino (2015) vai afirmar que, na esfera pública contemporânea, as interações políticas na internet nem sempre se caracterizam pela democracia, quando discussões sobre temas de interesse público muitas vezes perdem seu foco, tornando-se espaços de disputas e intrigas pessoais. Defendemos aqui o conceito de esfera pública como um espaço de discussão e ação social formado na interação entre pessoas, nos quais assuntos de relevância para cidadãos são debatidos. É o conceito elaborado por Jürgen Habermas (2003), no qual, um sujeito só faz parte de uma esfera pública enquanto mensageiro de uma “opinião pública”. A opinião pública, portanto, não é apenas a opinião do público, mas também aquela que é discutida em público. Sob uma perspectiva antropológica, ela corresponderia ao espaço social de representação ou visibilidade pública. Sob uma perspectiva histórica, ela assumiria diferentes configurações, dependendo do contexto sócio-histórico em questão. “Quando um tema é lançado na esfera pública ele tende a ganhar visibilidade, pode ser objeto de discussões e, eventualmente, levar à tomada de decisões. No entanto, essas discussões só podem acontecer se existir a livre manifestação de ideias” (MARTINO, 2015, p. 91).

Ao debater como a internet e as conversas em rede podem oferecer um espaço para discussões de temas públicos e sociais, Martino (2015) destaca os estudos do pesquisador Peter Dahlgren, da Universidade de Lund, na Noruega. “Dahlgren não acredita que a simples conexão possa, imediatamente, impelir um potencial de participação democrática dos cidadãos, como se estar online despertasse algum tipo de consciência política nas pessoas” (MARTINO, 2015, p. 109). Revisitando Habermas (2003), Dahlgren argumenta que uma das principais transformações ocasionadas pela internet foi uma série de mudanças no conceito de espaço público, que se torna plural com os diferentes meios eletrônicos, como celulares, tablets, entre outros. Desta forma, ao estudar a participação pública na internet e o engajamento cívico momentâneo, Dahlgren prefere o uso da expressão “esferas públicas”, no plural, já que, para ele, os lugares de engajamentos perdem suas fronteiras e são múltiplos.

Ao estudar o engajamento público e a resposta que as pessoas emitem ao consumir uma mensagem nos meios de comunicação de massa, Thomp-

son (2012) adverte que a atividade de recepção se realiza dentro de contextos estruturados que dependem do poder e dos recursos disponíveis aos receptores, devendo ser estudada como uma atividade de rotina, no sentido que é uma parte integrante das atividades constitutivas na vida diária. “É fundamentalmente um processo hermenêutico, já que os indivíduos que recebem os produtos da mídia são geralmente envolvidos num processo de interpretação através do qual esses produtos adquirem sentidos” (THOMPSON, 2012, p. 68).

Além disso, para Ramonet (2013), no contexto sócio-histórico atual, as redes sociais estão exercendo a função de quinto poder: o de protestar contra os domínios tradicionais, sejam eles políticos ou midiáticos. Ao comentar em uma notícia on-line, por exemplo, o leitor não só expressa sua opinião e complementa uma informação, como também assume a função de produtor de conteúdo. Foi o que ocorreu no caso do adolescente que teve a testa tatuada.

A cena foi filmada pelos próprios tatuadores e compartilhada no WhatsApp, viralizando rapidamente. Portanto, antes de se tornar um acontecimento jornalístico, o fato se tornou público pela rede social. Como acontecimento, ele irrompe na superfície lisa da história como um fato social. “Ele se passa no domínio da experiência e se realiza a partir de sua capacidade de interferência no quadro da normalidade e no desenrolar do cotidiano de um povo” (CHARAUDEAU, 2006, p. 45). É o acontecimento que tensiona os sentidos e precisa ser nomeado, narrado, transformado em discurso para ser compreendido. Assim, depois da ocorrência do fato, segue-se a busca pelo sentido social, que se realiza a partir do reconhecimento, da nomeação, da apuração e dos relatos. Em suma, o fato se transforma em acontecimento jornalístico, que reverbera em jornais impressos, sites e telejornais.

O debate que ocorreu retoma a reflexão feita por Thompson (1995) para quem os produtos comunicativos precisam ser compreendidos e não apenas consumidos. Esse é o movimento que passa pelas redes sociais, mas ganha forma e sentido no acontecimento jornalístico, cujos textos são o resultado de um processo produtivo que envolve a apuração dos detalhes, a realização de entrevistas, a busca por testemunhas, o envolvimento de especialistas, terminando por um relato que é um acontecimento discursivo, legitimado pela instituição imprensa. O acontecimento jornalístico está, portanto, inserido em uma ordem hermenêutica, ou ordem dos sentidos, que Benetti considera de grande complexidade “não apenas pelos procedimentos exi-

gidos para que o fato se transforme no acontecimento, mas também pelos quadros de referência que ajuda a legitimar” (BENETTI, 2010, p. 149).

Estes quadros de referência funcionam como moldura ou enquadramento dos fatos e são como mapas culturais (HALL, 1993) que constroem significados. Desta forma, um acontecimento só faz sentido se pode ser colocado num âmbito de conhecidas identificações sociais e culturais. “Se os jornalistas não dispusessem de tais mapas culturais do mundo social, não poderiam dar sentido aos acontecimentos invulgares, inesperados e imprevisíveis que constituem o conteúdo básico do que é noticiável” (HALL, 1993, p. 226). A imagem do menino sendo tatuado de ladrão na testa foi compreendida a partir de um mapa cultural que traz à memória a violência no Brasil, com aspectos que vêm desde a herança da escravatura, do modelo de colonização e da formação de um estado autoritário.

3 A VIOLÊNCIA COMO PROCESSO HISTÓRICO NO BRASIL

De acordo com Hall (2011), estamos observando, nos últimos anos, uma verdadeira explosão discursiva em torno do conceito de identidade, definida por ele a partir de três concepções: *sujeito do iluminismo*, baseado numa concepção da pessoa humana como um indivíduo centrado e unificado; *sujeito sociológico*, uma visão interativa entre o eu e a sociedade, ou seja, o indivíduo constrói sua identidade baseada na cultura relacionada; e o *sujeito pós-moderno*, resultado de um processo de construção da identidade projetada na cultura.

Ao escrever sobre a identidade brasileira no livro *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque de Holanda (1995) desenvolve um dos conceitos mais importantes de sua obra: o homem cordial. No entanto, a ideia de cordialidade apresentada por Holanda (1995) não significa propriamente boas maneiras ou bondade, mas, o desejo de estabelecer intimidade e o horror a qualquer formalismo social. Ela está ligada à emoção. Na prática, isso faz com que as relações familiares continuem a ser o modelo obrigatório de qualquer composição social. Por isso, em geral, os indivíduos não conseguem compreender a distinção fundamental entre as instâncias públicas e privadas, principalmente entre o Estado e a família. Dessa forma, nossa sociedade seria marcada pela afetividade e barbárie, assim como pela possibilidade constante de instauração de regimes ditatoriais e arbitrários. “Ao que se poderia chamar ‘mentalidade cordial’ estão ligados vários traços importantes, como a sociabilidade apenas aparente, que na verdade não se impõe ao indivíduo

e não exerce efeito positivo na estruturação de uma ordem coletiva” (HOLLANDA, 1995, p. 17).

Como forma de resolução de conflitos, seja nas relações sociais mais amplas, seja no âmbito de relações pessoais, a violência é um fenômeno histórico que faz parte da sociedade brasileira e de uma memória coletiva que nos foi transmitida por diversos autores do passado. Um deles, Paulo Prado (1997), fez uma descrição minuciosa de como a agressão marcou a história das relações sociais no Brasil. Ele relembra, inclusive, como os escravos eram marcados na testa por seus senhores como forma de punição e autoridade. Este relato alimenta o imaginário social e permite que episódios como o do adolescente, no presente artigo, nos faça olhar de frente para a nossa própria história.

O trabalho servil dos escravos da África sustentava a agricultura, mas a escravidão minava o organismo social, como em toda a parte que existiu. Os senhores favoreciam os ajuntamentos para aumentarem o número de crias; os filhos de escravos até a terceira ou quarta geração, embora batizados, eram marcados na cara com um ferro em brasa para se venderem; o castigo mais comum era queimá-los com tições acesos, ou com cera, toucinho ou outras matérias derretidas (...). A história do Brasil é o desenvolvimento desordenado dessas obsessões subjugando o espírito e o corpo de suas vítimas (PRADO, 1997, p. 138-139).

A tatuagem é uma prática milenar utilizada para marcar o corpo, registrar memória, crença e identidade. “Ela é, sem dúvida, a marca que distingue, especifica, separa, une e enobrece” (CAMPOS, 2003, p. 25). Possui simbologia, códigos que autorizam ou não a inserção de pessoas em grupos e apontam para uma diferenciação. E mesmo que as novas tecnologias sejam capazes de retirá-las, as cicatrizes permanecem. “Afinal, tatuar significa imprimir, entalhar, marcar, lavrar, esculpir na pele” (CAMPOS, 2003, p. 26). Para muitos, a marca tem sentido de desejo, sexualidade, pertença e religiosidade. Mas também pode significar violência, dominação, poder e exclusão.

Encontrado em múmias, há mais de 2.000 a.C, o uso da tatuagem como forma de punição foi bastante comum ao longo dos anos. Entre 509 a.C e 27 a.C, por exemplo, imperadores romanos tatuavam seus prisioneiros e escravos para não serem confundidos com os súditos mais afortunados. No século XIX, no Japão, a tatuagem na testa era castigo para crimes leves e durou até 1872, quando foi abolida. Já durante a Segunda Guerra Mundial,

os nazistas tatuavam um número no corpo dos judeus como forma de identificá-los como prisioneiros nos campos de concentração.

Maffesoli (1987) relaciona a violência a situações de dominação, social ou política, e considera que o fenômeno se reveste de um caráter de luta de classes, numa sociedade com antagonismos sociais. Na sociedade brasileira, estes antagonismos têm caráter histórico, devido à própria formação do país. A escravidão, a colonização mercantilista, o coronelismo, as oligarquias antes e depois da independência, somados a um Estado caracterizado pelo autoritarismo burocrático, contribuíram enormemente para o aumento da violência no Brasil, que é associado, muitas vezes, aos problemas sociais como miséria, fome, desemprego, urbanização acelerada, dificuldades de inserção no mercado de trabalho e a incapacidade de administração do poder público. A própria corrupção, uma das piores chagas brasileiras, está associada à cultura da impunidade e inversão de valores.

Trazendo a discussão para os dias atuais, José Murilo de Carvalho (2014) afirma que “a desigualdade é a escravidão de hoje” (CARVALHO, 2014, p. 228). E apesar de uma evolução positiva nos últimos anos, mesmo depois da constituição de 1988, a qual ganhou o nome de Constituição Cidadã por ser a mais liberal e democrática que o país já elaborou, o autor afirma que estamos lidando atualmente com problemas mais profundos na questão da cidadania, como por exemplo, a descrença da população na justiça cada vez maior.

Carvalho (2014) adverte ainda, na falta de representação respeitável, o fortalecimento da democracia depende do envolvimento do cidadão, que além do direito do voto, nessa sociedade cada vez mais globalizada e tecnológica recebe novos instrumentos de participação. “Refiro-me, naturalmente, as redes sociais, que têm demonstrado sua capacidade de mobilização e de pressão sobre os poderes públicos, inclusive sobre o Congresso” (CARVALHO, 2014, p. 247). O autor acredita que o desenvolvimento da participação por meio da tecnologia pode indicar o crescimento de uma opinião pública cada vez mais forte e menos sujeita a manipulação. “As redes poderiam transformar-se em nova ágora, em novo espaço público de participação direta. Assim poderiam contribuir para o crescimento equilibrado da democracia e da república, em um novo passo à frente na trajetória da cidadania” (CARVALHO, 2014, p. 247).

4 OBJETO DE PESQUISA E ANÁLISE DO ESTUDO

Ao estudar sobre participação pública *on-line*, Sampaio (2011) identifica três linhas principais de pesquisas sobre o tema: a primeira compara as deliberações *on-line* com as presenciais, geralmente buscando-se comprovar que as discussões *on-line* podem apresentar as mesmas vantagens das *off-line*; a segunda parte da premissa de que a internet não é um meio isolado, logo, muito do que é discutido em seu espaço também é feito em diversos outros cenários e mídias e a terceira analisa a deliberação em programas participativo-deliberativos ou em fóruns *on-line* hospedados em sites.

Ao utilizar os estudos de Janssen e Kies (2005) para a análise de discussões *on-line*, Sampaio (2011) destaca ainda outros pontos importantes, como a questão do anonimato, que pode tanto facilitar o debate, por minimizar as diferenças socioeconômicas entre os participantes, como diminuir a responsabilidade em relação a ele. A questão de liberdade de discurso, na qual aqui se relaciona, por exemplo, se é preciso fazer cadastro ou não para participar da conversa no fórum, se existem mecanismos de moderação, etc.; e também analisar se o espaço de discussão é forte ou fraco. “O espaço será forte quando os usuários acharem que sua participação será lida e considerada por outros”, (SAMPAIO, 2011, p. 203).

É importante também considerar que essas interações ocorrem de maneiras infinitas e em locais variados. Elas podem até ser *on-line* e *off-line* ao mesmo tempo. Uma pessoa pode, por exemplo, estar fazendo compras em um supermercado e por meio de um celular com internet, comentar sobre um assunto na rede sem mesmo pesquisar sobre o tema ou trocar ideias com as pessoas em sua volta. Neste sentido, Sampaio (2011), destaca como as opiniões são justificadas na interação *on-line* de três maneiras: Justificação Externa, quando o usuário se utiliza de fontes externas para manter seu argumento; Justificação Interna, baseada no próprio ponto de vista do usuário, que utiliza explicitamente seus padrões, valores pessoais, cultura e identidade para apoiar seu argumento; e por fim a Posição, quando uma pessoa apenas afirma sua posição sobre o assunto, mas não justifica.

Percorrendo os caminhos destacados por Sampaio (2011) e usando a metodologia de Thompson (1995), vamos analisar como se deu a participação do público no site do G1 sobre o caso em estudo.

Lançado em 18 de setembro de 2006, o G1 é um portal de notícias brasileiro com 52.8 milhões de visitantes únicos e 510.4 milhões de páginas vistas por mês (dados encontrados no próprio site, em 15.06.17, na página indicada para anunciantes). Mantido pela Globo.com sob orientação da Central

Globo de Jornalismo, o site é atualizado 24 horas e permite ao leitor a possibilidade de comentar nas reportagens. Para isso, é preciso que ele faça um cadastro com nome, e-mail e senha, o que facilita a criação de um perfil falso ou uso de apelidos. Outra forma de participação *on-line* é a entrada do usuário com o seu perfil do Facebook. Neste último caso, notamos que o uso do anonimato é menor.

É neste cenário que o G1 publicou o caso do adolescente tatuado e registrou a reação do seu público. Na primeira matéria analisada, “Tatuador é preso por tortura após escrever ‘eu sou ladrão e vacilão’ na testa de adolescente no ABC”, publicada em 10/06/2017, a reportagem recebeu 3.245 comentários até o dia 14 de junho de 2017. Para a análise dos dados, selecionamos os 100 últimos comentários. Destes, apenas 16 são contra a ação dos tatuadores e 86 a favor.

As mensagens dos que apoiam o fato trazem à tona significados de inversões de valores entre bandido e vítima, além de apontarem para a constante violência no Brasil. Nelas, o adolescente é descrito como bandido, ladrãozinho, marginal e moleque, enquanto os tatuadores são representados como trabalhadores, heróis e cidadãos de bem. “Vivemos em um Brasil com extrema inversão de valores, onde bandido é vítima e a vítima é punida”, escreveu o leitor Jorge Ramos, recebendo 147 curtidas positivas e 47 curtidas negativas. “Só no Brasil mesmo, ladrão fica solto e o trabalhador vai preso. Daqui uns dias vão assinar carteira de trabalho para o ladrão, estuprador, etc. O Brasil velho cada vez pior”, afirmou Adilson Marin, recebendo 23 curtidas positivas e sete negativas em seu comentário.

O cenário de instabilidade política no Brasil também apareceu nos comentários dos leitores. Ricardo Mutschaewski, por exemplo, interpretou a notícia fazendo referência aos políticos corruptos e recebeu 54 curtidas positivas e apenas duas negativas: “Boa idéia eles tiveram. Deveria ser feito o mesmo com os políticos corruptos. Tatuá-los na testa deles ‘eu roubei na compra da merenda escolar’, ‘eu roubei na reforma da escola’ e assim vai...”.

Nota-se que a mensagem aparece no contexto de um Brasil midiaticizado pela Lava Jato, considerada a maior investigação de corrupção e lavagem de dinheiro que o Brasil já presenciou. Deflagrada em 17 de março de 2014 - a partir da investigação de grupos que utilizavam uma rede de lavanderias de carros e postos de combustíveis para movimentar lavagem de dinheiro - a Lava Jato foi eleita pela ONG Transparência Internacional como o 2º maior caso de corrupção no mundo, modificando o cenário econômico, político e

social brasileiro.

Por outro lado, os comentários dos leitores contra a atitude dos tatuadores descrevem estes como desocupados, torturadores e covardes, afirmando que foi uma atitude desproporcional ao delito que se suspeitava ter sido cometido. Alguns comparam o caso até mesmo ao nazismo. “Isso me lembra o Tenente Aldo do filme *Bastardos Inglórios*, que desenhava com sua faca o símbolo nazista na testa de seus algozes. Porém existe uma diferença absurda entre os crimes praticados pelos nazistas e o crime que este adolescente deve ter cometido”, afirma a leitora Ely Castro.

Na sequência dos acontecimentos, a reportagem “Prefeitura de São Bernardo diz que vai disponibilizar cirurgia de jovem que teve testa tatuada no ABC”, divulgada no dia 12 de junho de 2017, teve 388 comentários até o dia 15 de junho de 2017. Entre os 100 analisados, 14 são a favor e 86 são contra a atitude da prefeitura em ajudar o adolescente, um número muito próximo ao da observação anterior. Os que são contra condenam o Estado por proteger o crime e reclamam da falta de investimento em educação, saúde e segurança. Trocam a palavra “direitos humanos” por “direitos dos manos” e mais uma vez fazem referência à atual situação política brasileira por conta da Lava Jato, dizendo que o adolescente tem “foro privilegiado”. “Bandido é bandido. A população honesta não pode fazer nada contra esses marginais que são presos. Os marginais podem tudo, pois são muito bem representados. Daqui a pouco o Congresso Nacional faz uma emenda para que bandidos tenham foro privilegiado”, escreveu José Miranda. O comentário teve 134 curtidas positivas e apenas 14 negativas.

Utilizando os conceitos de Sampaio (2011), observamos dois tipos de comentários nas reportagens: os de Posição e aqueles definidos como Justificativas Internas. Não encontramos comentários do tipo Justificação Externa.

Dessa forma, nas duas reportagens, percebe-se que as chagas da herança colonial brasileira, como o autoritarismo, a violência, o patriarcalismo e a incapacidade secular de separarmos a vida pública da privada, ainda interferem na cidadania e transbordam em pleno século XXI nas redes sociais. O Brasil na rede é descrito como um país sem governantes, onde a cultura da violência, o crime que compensa, a imoralidade e a corrupção predominam. Os tatuadores alegaram que queriam dar uma “punição” ao adolescente sob a acusação de que ele tentou furtar a bicicleta de um deficiente físico. As mensagens dos que apoiam a atitude da violência no caso, sugerem que,

ao cometer um delito, a pessoa perde automaticamente qualquer tipo de direito e pode ser colocada em situação de humilhação. É a representação do homem cordial de Holanda (1995), na qual “nossa forma ordinária de convívio social é, no fundo, justamente o contrário da polidez” (HOLANDA, 1995, p. 147). É nítido o descrédito no estado de direito e a predominância da cultura da impunidade, que parece dar legitimidade para a “justiça com as próprias mãos”. Poucos comentários fazem referência à cidadania e à noção de que a justiça só é possível mediante a ação do Estado, dentro das regras do direito.

5 CONSIDERAÇÕES

A mídia é um espaço de visibilidade e debate. No entanto, os meios de comunicação interagem e interferem na esfera pública, mas não necessariamente irão determiná-la. Ao contrário, a comunicação digital não abre espaço para nuances e, como explica o professor Cukier (2018), não existe democracia se as pessoas não entendem o que está sendo debatido e não forem capazes de articular justificativas racionais em vez de fazer generalizações coletivas.

Neste estudo, a interatividade na rede não contribuiu para uma cidadania de direitos igualitários, já que em uma democracia plena todo cidadão deve ter a garantia do direito de defesa antes de sofrer qualquer forma de sanção. “Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória e ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante” (Constituição Federal de 1988, artigo 5º). Logo, praticar justiça com as próprias mãos, como os tatuadores, é não admitir a legitimidade do Estado como uma entidade responsável por analisar a acusação contra alguém, garantir a ampla defesa, condenar ou inocentar, com base em provas e, em última instância, punir. Dessa forma, as vozes dos brasileiros nos comentários permitem concluir que a liberdade comunicativa por si só não define uma cidadania plena.

Além disso, neste estudo de caso observamos como a identidade brasileira influencia o debate sobre questões sociais e políticas na rede. Ao contextualizar o acontecimento, as referências e os significados que aparecem nos comentários, vimos que eles são heranças de um Brasil colônia, marcado pela escravidão de um país onde a ditadura, o linchamento e a opressão ainda são temas recorrentes. Para respeitarmos profundamente os direitos humanos nós, brasileiros, devemos mergulhar nas águas impuras do nosso

passado e operarmos uma transformação cultural, para que as diferenças sejam respeitadas.

Ao expressarem apoio ao tatuadores nas redes sociais, é provável que as pessoas não estejam se manifestando sobre o caso do adolescente especificamente, mas sim sobre os problemas do Brasil de modo geral, principalmente sobre a cultura da impunidade e a violência em larga escala no país. Por isso, ao analisarmos as formas de recepção, é fundamental olharmos para o contexto sócio-histórico em que a mensagem é construída. Essa é uma das propostas da Hermenêutica de Profundidade de Thompson (1995).

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Glauco. Tatuador é preso por tortura após escrever 'eu sou ladrão e vacilão' na testa de adolescente no ABC. **G1**. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/tatuador-e-preso-por-tortura-apos-escrever-eu-sou-ladrao-e-vacilao-na-testa-de-adolescente-no-abc.html>. Acesso em: 16 jun. 2017.

BENETTI, Márcia. O jornalismo e o acontecimento. In BENETTI, Márcia, FONSECA, Virgínia (orgs.). **Jornalismo e acontecimento**. Florianópolis: Editora Insular, 2010.

CAMPOS, Daniel Correa Felix. **Peles Tatuadas: corpos selvagens, desejos e rastros**. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/literatura/article/download/5218/4829>. Acesso em 19 jun. 2017.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

CUKIER, Heni Ozi. **A cacofonia digital: As redes sociais on-line estão destruindo o espaço público de discussão, um elemento essencial para qualquer democracia**. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/revista-veja/a-cacofonia-digital/>. Acesso em 20 jan. 2018.

G1. Prefeitura de São Bernardo diz que vai disponibilizar cirurgia de jovem que teve testa tatuada no ABC. **G1**. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/prefeitura-de-sao-bernardo-diz-que-vai-bancar-cirurgia-de-jovem-que-teve-testa-tatuada-no-abc.html>. Acesso em: 20 jun. 2017.

GADAMER, Hans-Georg. **O problema da consciência histórica**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HALL, Stuart. A produção social das notícias: o mugging nos media. In TRAQUINA, Nelson (org). **Jornalismo: questões, teorias e estórias**. Lisboa: Vega, 1993.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **O homem cordial**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1995.

JANSSEN, Davy; KIES, Raphael. **Online Forums and deliberative democracy**. Acta Politica, Basingstoke, n. 40, p. 317-335, 2005.

MAFFESOLI, Michel. **Dinâmica da violência**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1987.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Teoria das Mídias Digitais: linguagens, ambientes e redes**. Petrópolis- RJ: Vozes, 2015.

PEREIRA, Patrícia Mallmann Souto; MORIGI, Valdir José: Informação e cidadania: apropriação das tecnologias digitais na inclusão social brasileira. In.: MORIGI, José Valdir; GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; ALMEIDA, Cristóvão Domingos (orgs.). **Comunicação, informação e cidadania: refletindo práticas e contextos**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

PRADO, Paulo. Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

RAMONET, Ignacio. A explosão do jornalismo na era digital. In: MORAES, Dênis; RAMONET, Ignacio; SERRANO, Pascual. **Mídia, poder e contrapoder**: da concentração monopolística à democratização da informação. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013.

SAMPAIO; Rafael Cardoso. Quão deliberativas são discussões na rede? Um modelo de apreensão da deliberação on-line. In: MAIA, Rousiley Celi Moreira; GOMES, Wilson; MARIQUES, F. P. J. A. **Internet e Participação Política no Brasil**. Porto Alegre-RS: Sulina, 2011.

THOMPSON, John B. A Mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia. Petrópolis- RJ: Vozes, 2012.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis- RJ: Vozes, 1995.

Célia Maria Ladeira Mota

Doutora em Comunicação, pesquisadora associada ao Programa de Pós-graduação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, Brasil.
Email: cladmota@gmail.com.

Paulo Henrique Soares de Almeida

Jornalista e doutorando em Comunicação pela Universidade de Brasília (UnB), bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Pertence aos grupos de pesquisa Jornalismo e Construção Narrativa da História do Presente e Cultura, Mídia e Política, da Universidade Federal de Brasília, Brasília, Distrito Federal, Brasil.
E-mail: Pauloalmmeida@gmail.com.